



ATA Nº 3/2021

Aos 25 dias do mês de abril de 2021, 11.00 horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Espinho, na sua sala de reuniões, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Comemoração do 25 de Abril

A Sessão foi presidida pela Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Rosa Martins de Freitas Duarte e Guilhermino Pedro de Sousa Pereira

A Presidente da Assembleia Municipal em exercício deu início à sessão evocativa do 25 de Abril, dando a palavra aos representantes dos diversos grupos políticos com assento neste órgão municipal.

Assim,

António Andrade (BE): "Vivemos há um ano com a democracia adiada. Pela primeira vez desde as conquistas do 25 de Abril, somos condicionados no nosso *modus vivendi*, subjugados a um mal maior do que nos, vamos perorando na expectativa de que o dia seguinte nos traga um sinal, uma luz que nos devolva por inteiro a liberdade conquistada. Não obstante as dificuldades impostas por algo que não controlamos, hoje celebramos, honramos e lutamos por cumprir aquele que foi o momento mais marcante da história do nosso país. Celebramos a liberdade em todas as suas dimensões, honramos os que deram a sua vida para que dela pudéssemos usufruir e lutamos para cumprir a vontade da geração pobre, oprimida e explorada que no dia 25 de Abril de 1974 se levantou numa frenética onda popular contra a guerra colonial, contra a ditadura, contra o fascismo, contra a exploração. Há 47 anos atrás, quando as pessoas deste país se deitaram na noite de 24 de abril, adormeceram num país onde poucos iam à escola e muitos poucos sabiam ler ou escrever. Adormeceram num país onde se começava a trabalhar ainda em criança e onde não havia salário mínimo, onde muito trabalho era a jorna e não havia proteção no desemprego. Na noite de 24 de abril, a PIDE andava a espreita e não se tinha liberdade de opinião, na noite de 24 de abril ainda se ia preso por se reivindicar liberdade de opinião e ainda se morria na guerra no ultramar. A noite de 24 de abril era uma noite terrível e negra como todas as noites do fascismo, mas algo clareou e o dia nasceu completamente diferente. Primeiro foram os soldados e os capitães, depois

as pessoas que se juntaram na rua aos milhares gritando liberdade. Derrubou-se a ditadura, expulsaram-se os oligarcas conquistou-se a liberdade e a democracia e com elas vieram os direitos ao trabalho, à saúde, a educação, ao livre-arbítrio e às eleições livres. A longo da noite escura do fascismo acabara e um mundo novo começava. Hoje festejamos o fim dessa noite com a certeza de que ainda há muitas noites que ensombram o nosso presente e o nosso futuro e essas também precisam de ser derrubadas. É urgente fazer nascer novos dias na nossa vida, vivemos hoje novos tempos com novos desafios. Em tempos de pandemia as consequências são calamitosas para a maioria da população. Uma parte significativa dos portugueses perdeu o emprego e outros viram os seus rendimentos substancialmente reduzidos. Esperava-se, pois, que tantos os poderes, central através do governo, bem como o poder local, através das Autarquias, fizessem uma inflexão nas suas políticas, reforçando significativamente a proteção social e os serviços públicos, por forma a minimizar as consequências da crise na vida dos cidadãos. Infelizmente a pandemia do Covid e os seus efeitos trouxe também ao de cima aquilo que é o modelo capitalista. Tudo pelo lucro e aumento da acumulação de riqueza e nada pelas pessoas. Estamos todos no mesmo mar, é verdade, mas não estamos na mesma embarcação e a muitos já lhe foi roubada a boia de salvação. A fome e o desemprego aumentam de forma drástica. Governo e autarquias enterram a cabeça na areia. Aproveitando a pandemia para o marketing, e oferecendo na prática uma mão cheia de nada às populações que estão cada vez mais fragilizadas e amedrontadas. A famosa bazuca prepara-se para passar ao lado das populações e engordar os clientes habituais. Para nós, é essencial e urgente investimento público, capaz de alavancar a economia e modernizar o país, combatendo de uma vez por todas as assimetrias sociais e territoriais. A União Europeia em nome da submissão ao poder económico deixa em perigo os seus cidadãos ao recusar-se ao levantamento de patentes das vacinas. É a própria Organização Mundial de Saúde a propor o levantamento das patentes das vacinas contra a Covid para aumentar o volume e rapidez da produção de vacinas. A União Europeia está de cócoras perante os interesses da indústria farmacêutica, não obstante ter sido a própria União Europeia a financiar uma parte significativa da investigação científica que levou à criação da vacina. Os governos dos países da União Europeia, seja por inépcia, impotência ou interesses escusos, são incapazes de se erguerem para defender a vida dos seus concidadãos. A Revolução dos Cravos marcou um ponto de inflexão na sociedade portuguesa. Criou uma escola pública que respondesse a todos, criou o Serviço Nacional de Saúde acessível aos



portugueses, deu direitos a quem trabalha e rompeu com a marca conservadora do regime fascista. No entanto, a história ensinou-nos que, sem uma luta continua pela defesa destas conquistas, elas são, como foram, efémeras. A oligarquização iniciada no governo de Cavaco Silva e continuada pelos seguintes governos, apagou da história muitas das conquistas de Abril. A destruição dos serviços públicos, a privatização da banca, a venda ao desbarato das principais empresas nacionais e a liberalização do código de trabalho, reverteram as conquistas da Revolução, plasmadas na Constituição da República Portuguesa. O atual cenário económico da maioria do país não surgiu, portanto, com espanto para ninguém. O ataque cerrado aos direitos dos trabalhadores só podia significar o enfraquecimento do nosso Estado Social e, portanto, do nosso Estado de Direito. A extrema-direita e a direita mais reacionária, galopando o descontentamento causado pela vulgarização das conquistas de Abril, alimentam-se dia após dia das escolhas políticas dos nossos governos. Cabe-nos a nós, cidadãos, inverter a marcha e dar uma vida digna a quem trabalha. Combater as políticas neoliberais de exclusão social e integrar todos aqueles que precisam de ajuda. Foi para isto que Abril foi criado, para não deixarmos ninguém para trás. Esta palavra de ordem: “Não deixar ninguém para trás” faz tanto sentido hoje como fazia em 1974. Vivemos atualmente uma das maiores crises das nossas vidas. As gerações vindouras viverão de forma mais precária que os seus progenitores e, no entanto, dizem-nos que vivemos acima das nossas possibilidades. Neste dia é crucial reabilitarmos a força reivindicativa de outrora. Só com uma organização reivindicativa forte será possível responder à crise sanitária e social. Precisaremos de um SNS forte, de uma segurança social com recursos e de uma economia diametralmente oposta à atualmente praticada. Não é uma questão ideológica, é uma questão de sobrevivência. O atual sistema económico transformou uma das maiores inovações médico/científicas dos últimos anos, a vacina, numa arma de arremesso com elevado poder especulativo. A produção das vacinas funciona a meio gás, porque assim dá mais lucro às farmacêuticas do que se fossem os Estados a produzir as vacinas em massa. Estas escolhas custam vidas e, por isso mesmo, temos de nos lembrar do compromisso da geração que saiu à rua de cravo na mão e fazer a pergunta: O que vale mais? A vida ou o lucro? Se a resposta a esta pergunta for “a vida” então urge começar já a ponderar as soluções que melhor a protegem, seja através do reforço do SNS, seja através do rompimento imediato das patentes. Só assim, iremos ver o poder político e democrático a sobrepor-se ao poder económico, tal como manda a Constituição de Abril. Infelizmente, o país sofre neste momento

mais problemas para além do sanitário. A nossa jovem democracia, ao derrubar um Regime colonial e fascista, não teve o poder para combater um dos maiores flagelos do Estado Novo: a corrupção. Esta corrupção, endémica e com efeitos nocivos para a democracia, reforçou-se ao longo das décadas, sem que o chamado “centrão” fizesse algo para a combater. Afinal de contas, sempre foram eles quem mais beneficiou deste flagelo. No entanto, o povo sempre reivindicou e reivindica uma reforma na justiça que faça frente ao poder económico. Para as entidades responsáveis poderem fazer esse mesmo combate, teremos de “deixar à justiça o que é da justiça e à política o que é da política”. Infelizmente, o autor desta frase, o atual Primeiro-ministro, esqueceu-se de acrescentar que a justiça só fará o seu trabalho se a política legislar de forma competente e assertiva. Tendo este princípio em mente, o caminho para a transparência na justiça será mais fácil. Para tal temos de dotar a justiça de ferramentas essenciais, nomeadamente através da criação do crime de enriquecimento ilícito para pessoas que desempenhem cargos públicos. Resta-nos esperar que alguma esquerda parlamentar, não chumbe mais uma vez, este reforço essencial ao Estado de Direito. Numa música intitulada “Liberdade” o cantor Sérgio Godinho resumiu de forma clara e sucinta os valores de Abril, proclamando que “só existe liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde e educação”. Este mote possui uma mensagem transformadora e radical que passa exatamente por colocar no centro da política nacional toda a população ao invés de uma elite económica ou intelectual. Para isso acontecer, precisamos de transformar frases vazias sobre uma putativa meritocracia em políticas concretas que impeçam a segregação social nas escolas e nas universidades. É fundamental que larguemos a lógica mercantil do “utilizador-pagador” e passemos a integrar a educação no leque de direitos pelos quais ninguém tem de pagar. Só a Revolução garantiu a liberdade, o pluralismo e a democracia em que hoje vivemos. Muitas vezes o revisionismo histórico tem levado a melhor, especialmente entre os setores mais conservadores da direita nacional, mas convém nunca perder o foco: a génese da democracia deu-se na Revolução dos Cravos. Deu-se na Revolução que um tempo mais tarde viria a colocar o socialismo como meta e a luta de classes como força motriz do desenvolvimento nacional. Apesar das constantes revisões constitucionais que visaram apagar a história da nossa constituição, ela existe. O seu espírito inconformado, socialista e transformador reside dentro da maioria dos portugueses. Só cumprindo os seus desígnios, reforçando os seus valores e lembrando quem a conquistou é que seremos capazes de consolidar a democracia. É imperativo aprofundar o Estado Social, reforçar



os serviços públicos e responder à crise. Abril é esperança. Abril é transformação. Se não nos esquecermos disto, teremos sempre o futuro nas mãos. Viva Abril!”

Ana Rezende (CDU): “Hoje comemoramos os 47 anos da Revolução do 25 de Abril. Comemoramos o fim do fascismo e com ele a extinção da polícia política (PIDE/ DGS), comemoramos a liberdade de pensamento, de expressão, de reunião, de criação de partidos políticos e de eleições livres e democráticas. Mas Abril é muito mais. É a Constituição de 1976, que este ano faz 45 anos, e com ela a consagração legal de um escopo de direitos fundamentais que, no âmbito individual garantem a liberdade, a segurança, a integridade física e moral, a participação política, a liberdade de expressão e a justiça e, que no âmbito colectivo, se traduzem no direito ao trabalho, à habitação, à saúde, à segurança social, ao ensino, ao ambiente e à qualidade de vida.

Abril é a criação de um Estado capaz de promover um acelerado desenvolvimento económico, através da nacionalização dos sectores-chaves da economia que permitam a produção de riqueza colectiva ao serviço de toda a população. Abril é a liberdade sindical, o direito à greve e a não ser despedido sem justa causa, o Serviço Nacional de Saúde, a educação, a segurança social, a igualdade das mulheres no trabalho, na família, na sociedade, e os direitos da juventude. Abril é a construção de um Poder Local, amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira, que permita a melhoria das condições de vida das populações. Abril é a descentralização através da criação das regiões administrativas, motor fundamental no combate ao isolamento e à desertificação das regiões mais interiores do país. Abril é o dia-a-dia do povo dos 365 dias do ano e não 1 dia de letra morta inserta em discursos comemorativos a cada ano. A cada ano, dos últimos 44 anos, vimos Abril ser afastado. Aspectos fundamentais da Constituição da República de 1976 foram sendo eliminados pela conjugação de esforços de PS, PSD e CDS numa ofensiva que não se limitou à revisão da Constituição, mas que se traduziu também numa prática política e governativa de mais de quatro décadas de subversão do que foram conquistas do povo pela reposição e reconstrução dos velhos privilégios dos senhores do dinheiro, dos monopólios e da terra. Os ataques contra os direitos, salários, reformas dos trabalhadores, funções sociais do Estado, direitos das populações à saúde, à educação, à mobilidade, no acesso a serviços de qualidade liquidaram conquistas de Abril, atingindo particularmente as populações dos concelhos do interior. O restauro do poder do grande capital, promovida pelos partidos da política de direita e de recuperação capitalista, traduziu-se igualmente num regresso à

crescente submissão do poder político ao poder económico e ao surgimento de fenómenos de promiscuidade e corrupção existentes. Muitos dos problemas de corrupção que justamente indignam o nosso povo, e que agora se expressam também à volta do caso judicial conhecido como “Operação Marquês”, têm no processo de restauração dos grandes monopólios privados as suas verdadeiras causas. A natureza do capitalismo radica numa lógica de maximização e acumulação do lucro, onde a corrupção é a arma para instrumentalizar a acção do Estado a favor dos grupos económicos, criando-se assim uma teia de interesses e cumplicidades que delapida o erário público, ou seja, a riqueza de todo um povo. É frequente assistirmos à dança de cadeiras entre conselhos de administração de empresas e membros de governos, bem como à ausência de verdadeiras medidas para combater este negativo fenómeno. Depois é fácil propalar o discurso de que o regime está doente, quando os que se queixam de tal patologia são os mesmos que promoveram e defendem tais políticas e tais práticas. Responsabiliza-se o regime para limparem as suas responsabilidades políticas, mas essencialmente para continuar a dar força a um projecto de liquidação do regime democrático e de subversão da Constituição que nunca abandonaram. Mas são sempre os mesmos que pertencem aos mesmos partidos e que, nos últimos 43 anos, fogem a reconhecer e a combater as verdadeiras causas da corrupção. Combate que a CDU tem travado, desde há largos anos e nos mais diversos momentos com propostas concretas na Assembleia da República e que se traduzem na criminalização do enriquecimento injustificado, no combate às off-shore, à fuga de capitais e à criminalidade económica e financeira, no reforço da cooperação judiciária internacional, no reforço dos meios de fiscalização e inspecção do Estado e das entidades competentes, no reforço dos mecanismos que impedem os membros do governo transitar para os conselhos de administração dos grupos económicos, controlo apertado e efectivo do registo de interesses e de situações de incompatibilidades, reforço dos meios de investigação criminal, proibição do recurso pelo Estado à arbitragem em matéria administrativa e fiscal para por fim ao regime de privilégio que é concedido aos grandes devedores de impostos ou às concessionárias dos contratos de Parcerias Público Privadas (PPP). É verdade que muitas das principais conquistas de Abril foram destruídas e os novos e velhos senhores do capital voltaram a arrecadar fortunas com a tomada nas suas mãos das alavancas fundamentais da nossa economia que passaram a estar ao serviço dos seus exclusivos interesses. Enquanto isso, o País acumulou profundos défices estruturais, uma elevada dívida pública, preocupantes desigualdades sociais, profundos desequilíbrios territoriais e graves



problemas ambientais. Situações que hoje estão agravadas pela epidemia e pelo aproveitamento que, mais uma vez o grande capital dela faz, ampliando a exploração e condenando à pobreza diversas camadas da população, para servir os seus interesses imediatos de acumulação e maximização do lucro, de que são exemplos imediatos os exorbitantes preços que atingiram as máscaras, viseiras e luvas de protecção, o álcool e o álcool gel. Enquanto a pobreza e o universo dos mais de 2 milhões de pobres se vem alargando neste último ano de Covid-19 e milhares de trabalhadores foram confrontados com o desemprego ou com a diminuição das remunerações do seu trabalho numa parte do ano com o lay-off e, outros milhares, de micro e pequenos empresários viram as suas actividades encerradas e seus rendimentos diminuídos, as Contas Nacionais do País, já divulgadas e relativas a 2020, dizem-nos que os accionistas e famílias do conjunto das empresas receberam 7,4 mil milhões de euros de dividendos, ou seja mais 332 milhões do que em 2019. Assim, num momento que se anunciam milhões e milhões, mais do que nunca se impõe integrar a sua aplicação numa estratégia nacional, orientada para o desenvolvimento geral do País, para a redução das assimetrias e para a promoção da coesão territorial, mas também para responder aos muitos problemas sociais agravados neste tempo de epidemia, fazendo chegar rapidamente os apoios previstos no Orçamento do Estado para 2021. Portugal é dos países da União Europeia que menos meios colocaram na resposta aos impactos da epidemia. Por opções do Governo em pôr à frente, da resposta aos problemas das pessoas, os critérios do défice assumido como a grande prioridade, vem oferecendo resistência ao reforço dos apoios aos trabalhadores e famílias, de que é exemplo o seu recurso para o Tribunal Constitucional de uma decisão da Assembleia da República. Não fosse a acção e intervenção da CDU que com as suas iniciativas e propostas, designadamente, o pagamento dos salários a 100% a mais de 280 mil trabalhadores em lay-off desde o princípio do ano, de renovar o subsídio de desemprego por mais seis meses a mais de 40 mil trabalhadores, em 2021, de contratar milhares de trabalhadores nos serviços públicos ou, apesar de insuficiente, reconhecer os direitos aos pais que acumulam teletrabalho com o apoio a filhos menores, a situação seria ainda mais grave do que aquela que se apresenta. Muitas outras propostas e iniciativas da CDU na Assembleia da República, através do PCP e do PEV, visando responder a problemas prementes não se concretizaram porque foram inviabilizadas pela convergência entre PS e PSD, nomeadamente o projecto de diversificação da compra de vacinas que, caso fosse aprovada, rapidamente ajudaria a controlar a epidemia em Portugal e pôr fim ao pára-

arranca do confinamento e dos infindáveis estados de emergência. Realizações como a comemoração do 1º de Maio, da Festa do Avante, do Congresso do PCP e das comemorações do seu Centenário, demonstraram ser possível continuar com a vida sem recurso ao confinamento geral obrigatório decretado pelos sucessivos estados de emergência, demonstrando que com os meios e os recursos postos à disposição das pessoas era possível controlar a propagação da epidemia e não encerrar a economia. Vacinação, rastreio, testagem e apoios sociais são os elementos centrais da resposta que é preciso concretizar para ultrapassar o problema sanitário que continuamos a enfrentar e os graves problemas económicos e sociais que decorrem do confinamento. Sendo esta a alternativa apresentada pela CDU. As vacinas são a grande solução para o problema da epidemia no presente e, a prazo, um bem público de interesse universal que tem de ser posto à disposição da Humanidade para debelar o problema de saúde pública que fustiga os povos de todo o mundo. Contudo, o que vemos é uma política a reboque dos interesses das multinacionais farmacêuticas, das imposições, critérios e orientações emanadas da União Europeia, no que se inclui o chamado Plano de Recuperação e Resiliência que o Governo apresenta como solução, secundarizando-se a vida e a saúde das pessoas. A recuperação dos impactos da epidemia na saúde, na educação, no tecido económico, na cultura, nas entidades públicas e privadas, requer uma resposta audaz que urge e uma definição de prioridades e critérios que terá de privilegiar o interesse dos trabalhadores, do povo e do País. A mobilização de todos os recursos disponíveis, do Orçamento do Estado aos fundos europeus ou a outras formas de financiamento, subordinada a uma estratégia de desenvolvimento do país, requer uma soberania plena, livre de novos espartilhos decorrentes do Euro e uma política que assegure a valorização do trabalho e dos trabalhadores, dos salários e das reformas, uma política que combata a precariedade e concretize o objectivo do pleno emprego como elementos centrais da dinamização do mercado interno – para o qual vivem a esmagadora maioria das Micro, Pequenas e Médias Empresas – e do desenvolvimento nacional. Uma política de Abril, que dinamize a produção nacional e responda a atrasos no plano das infra-estruturas e equipamentos; que valorize os serviços públicos; que assegure o controlo público das empresas e sectores estratégicos; que assegure o direito à cultura e à prática desportiva e que aponte a democratização da sua fruição como elemento central para o bem-estar do povo. Abril é e sempre será não estarmos condenados a uma política que, ao longo de décadas, arrastou Portugal para a dependência e que condiciona o seu desenvolvimento. Mais uma vez reafirmamos que a CDU não desistirá de lutar por uma política conforme à



Constituição, visando concretizar o caminho que ela preconiza – a construção em Portugal de uma democracia simultaneamente política, económica, social e cultural. Aos que querem destruir Abril, dizemos: o projecto de Abril inscreve-se ainda na Lei Fundamental. Os seus valores continuam a ter validade e actualidade. Do desenvolvimento económico tendo como objectivo a melhoria da qualidade de vida das populações e o pleno emprego, emanam os valores da justa e equilibrada distribuição da riqueza, da economia ao serviço das pessoas e da justiça social. Da reforma agrária e dos baldios emana o valor da terra a quem a trabalha e o ancestral valor comunitário da terra. Das nacionalizações emana o valor, a necessidade e a possibilidade de pôr fim ao poder dos monopólios. Dos direitos laborais emana o valor do trabalho e dos trabalhadores. Do Estado para responder às necessidades do País, emana o valor do Estado ao serviço do povo. Da independência e soberania nacionais emana o valor da autodeterminação do povo português para decidir do seu futuro e da sua pátria. Isto é Abril com as suas grandes conquistas e realizações, que continua a reflectir os interesses da larga maioria dos trabalhadores e do povo e que conta com a CDU para a construção de um futuro melhor para todos. E, como alguém escreveu e Luísa Bastos cantou: - “Se Abril ficar distante desta terra e deste povo, nós somos a força bastante para fazer um Abril novo”. Viva o 25 de Abril!”

António Regedor (PMG): “Faz 47 anos que foi derrubada a ditadura que oprimia o povo português. Para os que sentiram as consequências da ditadura a data tem a marca da memória libertadora. Para os que já nasceram em democracia a melhor forma de evocar a data libertadora é a comparação com o passado que se vivia sob a ditadura de Salazar e Caetano. A Liberdade de que gozamos hoje tinha antes do 25 de Abril a censura, a polícia política, o medo da denúncia. A Democracia hoje consolidada, era antes do 25 de Abril uma ditadura pessoal, a favor de famílias com nomes como Tenreiro, Champalimaud, Mello, Espírito Santo e mais alguns. Socialmente várias profissões eram vedadas às mulheres, como por exemplo a magistratura, ou ainda as enfermeiras, professoras entre outras não se podiam casar sem autorização do governo. Havia até uma ridícula licença para usar isqueiro e a coca-cola era proibida. Coisa de menor importância quando se vivia em barracas, ou “ilhas” de casas sem saneamento, sem luz nem água canalizada. Depois do 25 de Abril e apesar das dificuldades em recuperar o atraso de décadas, a revolução possibilitou o salário mínimo, o subsídio de desemprego, a segurança social, o direito à reforma e o rendimento mínimo para fugir aos casos de extrema pobreza. A educação que hoje é

universal e gratuita era antes do 25 de Abril apenas de 4 anos. Às refeições escolares de hoje correspondiam uma sopa dada pela milícia ideológica do regime. A continuação dos estudos para o secundário não existia em todos os Concelhos. O 25 de Abril possibilitou a escola pública, os transportes escolares, as refeições escolares, os manuais gratuitos. Antes do 25 de abril vivia-se em guerra. Todos os jovens passavam cerca de quatro anos da sua vida em serviço militar. Portugal estava isolado internacionalmente e a ONU votava sistematicamente resoluções condenando a política colonial. Política retrógrada, ignorância, incapacidade de compreender e acompanhar a evolução histórica, má vontade e incompetência para resolver a questão colonial, ditou o isolamento do país, a derrota humilhante na Guiné onde a Força Aérea deixou de poder voar e ditou a independência da Guiné já em 1973. E tudo isto originou a desastrada descolonização. Apesar de tudo a democracia resolveu com sucesso o retorno dos portugueses das colónias, entre os quais muitos quadros que com competências e disponibilidade foram factor de desenvolvimento do Portugal atrasado. Os três DDD do Movimento da Forças Armadas foram sendo cumpridos. Democratizar, Descolonizar, Desenvolver. A Democracia nunca é perfeita, exige permanente aperfeiçoamento. Com o 25 de Abril, Portugal ganhou o respeito das Nações Unidas e outros organismos Internacionais onde há portugueses a liderar. Integramos o espaço económico e monetário europeu que pese as insuficiências tem mais vantagens que inconvenientes. O Desenvolvimento é também uma tarefa nunca terminada que tem avanços e recuos. Mas é hoje visivelmente melhor. Vivemos em paz, em liberdade, temos escola pública, serviço nacional de saúde e temos um estado social conquistados com a revolução de Abril de 1974. Hoje, face a uma pandemia, com a garantia que temos de ser bem tratados nos hospitais quer em internamento quer em cuidados intensivos, quando formos tomar a vacina gratuita e para todos, lembremo-nos que isso é possível graças à revolução de 25 de Abril que garantiu o estado social e o serviço nacional de saúde que temos de preservar e reforçar. Não queremos voltar para o antigamente. Viva o 25 de Abril.”

Henrique Cierco (vogal independente): “Abril outra vez. 47 anos e a contar, a nossa Democracia caminha a passos largos para as bodas de outro, muito embora enfrente, talvez devido ao cansaço inerente à sua veteranaria, dificuldades que há muito julgava terem ficado no passado. De forma mais ou menos velada, temos assistido ao longo destes anos a um retrocesso, a um exílio forçado das ideologias perigosas que nos levaram a rebelar e a lutar pela nossa liberdade. Mas as ideologias, assim como as



ideias e as ações que pertencem ao foro da nossa humanidade, da nossa imaginação e moções, raciocínio e punções, nunca podem ser totalmente eliminadas. O adágio é antigo, a necessidade aguça o engenho e o homem munido da sua maior bênção, que é igualmente a sua maior maldição, tem na sua génese a capacidade intrínseca de procurar soluções para as suas necessidades. Se por algum cataclismo de proporções épicas, todo o conhecimento milenar que o homem foi adquirindo desaparecesse da face da terra, o homem, voltaria a descobrir o fogo, a roda, as plantas, os astros e o *Twitter*. Seve isto para dizer que para o bem, ou para o mal, há um paradigma que perdura vigente; A história é cíclica! Daí que esse conhecimento se revista de uma importância vital para a nossa sobrevivência e progresso. Há forças negativas, chamemos-lhe obscuro, chamemos-lhe o mal, chamemos-lhe a corrupção do homem e da sua alma, ou do que for, que fazem parte da caixa de pandora da nossa essência. E negá-lo é o caminho mais perigoso. E ignorá-lo é a sua principal arma. Em 2020 uma pandemia veio derramar generosas porções de benzeno na pequena fogueira de fundamentalismos que as nossas desregradadas ações, entretanto haviam causado. Todos sabemos que não se pode agradar a gregos e a troianos, mas se agradarmos muito mais a uns em desprimor dos restantes, estes vão-se revoltar, e correremos sérios riscos de incorrer em nova guerra. Fundamentalmente a evolução da sociedade leva a que em tempos de paz surja um ambiente de conforto que desafia a obtenção de uma certa impunidade, à luz desses valores de não agressão, vai-se testando novos limites, vai-se esticando a corda, que como sabemos, acaba sempre por rebentar pela extremidade mais fraca. O povo! Aquele que mais ordena, principalmente num estado de direito democrático. É Abril outra vez, por isso é bom lembrar que os fundamentalismo e forças extremistas surgem sempre em prol da ganância, mas colhem sempre mais simpatia e abnegação cega quando o povo, aquele que ordena, que decide, que vota, se sente desesperado na sua busca por alimento ao ponto de ouvir os seus cantos de sereia. O povo são os navegadores em busca de sustento. O povo tem que ser instruído a ter a presença de espírito de Ulisses, a resistir às tentações, aos sedutores cantos e promessas vãs. O povo precisa de memória e noção, coragem e abnegação. Porque em tempos de catástrofe aquilo que damos de barato, que damos como adquirido, reveste-se de um significado bem maior. Uma sociedade sem memória é uma sociedade com um futuro inexoravelmente comprometido e sendo assim é importante manter viva uma data que a todos os que tivemos a felicidade de ser contemporâneos presenciais ou ativos desse evento, quer os que vieram a nascer depois, nos devemos orgulhar e conseqüentemente, registar a

letra de ouro na memória coletiva, o mesmo é dizer na história. Cabe-nos, portanto, a nós dar o nosso contributo para que não seja apenas mais um feriado de ócio e idas ao shopping. Até porque foi Abril que nos deu a liberdade para usufruirmos desses privilégios. Abril tem de ser mais do que nunca, e como sempre, uma reflexão conjunta e uma noção presente daquilo que soubemos conquistar, bem como de quanto nos custou a obter. É importante erguer o cravo. É importante que haja celebração e se assinale a efeméride. Mais importante ainda é trazer Abril para o nosso dia-a-dia quando o mundo prolifera de propaganda e *fake news*. O mais importante é lembrar Abril cada vez que um oportunista abre a boca para nos inundar dos fétidos perdigotos da sua dialética abjeta e contraditória. Abril nunca é demais! Abril nunca chega! É Abril outra vez! Viva o 25 de Abril! Viva a Democracia! Viva Espinho! Viva Portugal!”

Teixeira Lopes (PS): “A maioria dos membros desta Assembleia ou ainda não eram nascidos ou então eram muito jovens à data do 25 de Abril de 1974. Batistas Bastos fazia uma pergunta aos seus entrevistados: Onde estava no 25 de Abril? Eu, era professor na EB Sá Couto e vivia na Avenida 24, 325 – 4º esq.º. Em 1969 ingressei no PCP. Assim, à data do 25 de Abril, era militante do PCP, bem como minha mulher Saudade Teixeira Lopes. Tinha recebido imprensa clandestina (Avante e Militante) que no essencial apelavam à participação no 1º de Maio de 1974. Eram 7 horas de manhã e a campainha de casa soou. Não era normal e pensei ser a PIDE. Enquanto fui atender ao intercomunicador, a minha mulher destruía a imprensa clandestina e cuidava da minha filha de 7 meses. Mas, em verdade foi meu sogro que tocou à campainha para nos dizer que tinha havido uma Revolução em Lisboa. De tarde, fomos para o Porto, para a sede da PIDE junto ao Prado do Repouso para forçar a libertação de presos políticos. No domingo de tarde, a seguir ao 25 de Abril o meu organismo do PCP clandestino reuniu-se em minha casa para preparar a nossa participação e a mobilização de professores para a manifestação do 1º de Maio. Nesse domingo à tarde, António Abreu, Ruth Rodrigues, Manuela Medina, Saudade Teixeira Lopes e por mim, distribuímos o primeiro comunicado do PCP (Direção de Organização Regional do Norte) sobre o 25 de Abril. Hoje comemoramos o 25 de Abril, e seu 47º aniversário, ou 47 anos é um tempo significativo para o historiador, com o distanciamento necessário se possa debruçar sob o seu significado e o que representam 47 anos de democracia! É o que vou tentar fazer. Hoje é pacífico reconhecer que o 25 de Abril restaurou a liberdade e a Democracia pedidos em 26 de



Maio de 1926. Hoje é reconhecido que Portugal deixou de ser um país colonialista, ao pôr fim à Guerra Colonial, alcançou a paz e reconheceu o direito aos povos das suas colónias o seu direito à autonomia e independência. Hoje também é reconhecido que Portugal é uma Democracia e um Estado de Direito com uma constituição, a Constituição da República aprovada em 2 de junho de 1976 apenas com os votos contra do CDS, e retificada em sucessivas eleições para a Assembleia da República sob maioria do povo português e depois de sete revisões constitucionais. Hoje é reconhecido que o estado de pobreza endémica, a emigração clandestina como saída profissional para melhorar as suas condições de vida de centenas de milhares de portugueses, podia ser estancada. Hoje, é reconhecido que o desenvolvimento económico, social e cultural transformou o país e a mentalidade dos portugueses, ao conquistarem a sua condição de cidadãos, modificando a sua mentalidade e modernizando-a. Hoje, é reconhecido que a educação e a cultura tiveram um papel importante nessas conquistas. As universidades mais que triplicaram, os Institutos Politécnicos fazem a sua aparição no ensino superior e por isso Portugal nunca teve uma geração tão preparada. Por fim e no domínio da educação, o ensino obrigatório e gratuito de 9 anos primeiro e hoje de 12 anos são marcos indelévels do 25 de Abril. Hoje é reconhecido que as Autarquias Locais desempenharam um papel crucial no desenvolvimento das diversas regiões do país, contribuindo decisivamente para a modificação das condições de vida de milhões de portugueses e sendo muito importantes na sua modernização. Os Portugueses com a integração na União Europeia, beneficiaram com os fundos europeus (sociais, FEOGA, Feder, PEC, PAC etc.), o país desenvolveu-se, beneficiando dessa ajuda para construir estradas e autoestradas que sulcando o país facilitaram as comunicações, aproximando as regiões do interior do litoral. O País dos nossos dias é completamente diferente do que existia há 47 anos. As palavras de ordem do MFA: Democratizar! Descolonizar! Desenvolver! Foram cumpridas. Contudo, as crises capitalistas que se sucederam no mundo, como a recessão de 2002 – 2003, ou a que lhe sucedeu em 2007 - 2008 e a falência das políticas neoliberais e agora a pandemia e os seus efeitos devastadores na economia, no desemprego e na sociedade, e sob o ponto de vista demográfico, económico e social, fizeram estagnar e regredir o país. Portugal está longe de ser um Eldorado, mas a sociedade portuguesa não pode estar à mercê de oportunistas criminosos que devem ser punidos. A corrupção, o nepotismo e o enriquecimento sem justa causa têm que ser investigados e punidos, senão a justiça desprestigia-se e a Democracia também! A impunidade dos seus autores, desgasta e mina a credibilidade

da sociedade portuguesa e do estado democrático e abre caminho a populismos e partidos com ideologias fascista e nazi. A democracia tem que se defender, os seus algozes não podem ficar impunes. As políticas neoliberais prometem o céu mas não dizem que as suas promessas são apenas para uma minoria, já que não são solidárias e segregam a solidariedade social. Asfixiam e conduzem à ruína, ao desemprego e à miséria as micro, pequenas e médias empresas, estando na base do regresso da pobreza e da emigração, apesar de ser diferente e menos miserável da que existia antes do 25 de Abril. A democracia portuguesa, embora de forma insuficiente criou alguns mecanismos de solidariedade social que atenuam o sofrimento. Na ordem do dia a “bazuca” europeia poderá constituir um auxílio essencial para Portugal e os portugueses saírem da crise provocada pela Pandemia. A sua aplicação deve ser cuidadosamente planeada, concretizada e fiscalizada. Oxalá que o plano de recuperação económica, social e cultural seja aplicado com rigor e competência para derrotarmos a pandemia e os seus efeitos e reencontrarmos o rumo do desenvolvimento sustentado e contínuo! Contudo, o balanço da Revolução de Abril é extraordinariamente positivo: A liberdade e a democracia foram devolvidos aos cidadãos portugueses; A guerra colonial e o colonialismo deram lugar à paz e às relações de amizade e cooperação com os países africanos de expressão portuguesa; O desenvolvimento económico, social e cultural não têm paralelo com o Portugal de antes do 25 de abril. Viva o 25 de Abril, Sempre!”

Ricardo Sousa (PSD): “O 25 de abril é uma data fundadora. É dia de celebração da liberdade e da democracia. Este é o dia que melhor encarna na história portuguesa o espírito e a demanda da liberdade. Porque esta foi a sua maior conquista: a liberdade! Celebramos uma geração que exausta de 13 anos de Guerra colonial, soube interpretar as mais genuínas aspirações do povo Português. Não é por isso de admirar que o programa do Movimento das Forças Armadas fosse revestido de enorme simplicidade e se resumisse no essencial a três D’s: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Estas foram as três palavras-chave que mobilizaram a população em torno dos militares de Abril. Neste 40º aniversário convém recordá-las como símbolo e testemunho do que até aqui foi feito. A democratização do Regime aconteceu, findo o processo revolucionário iniciado a 25 de Abril. Portugal conseguiu impedir que um totalitarismo cedesse lugar a outro totalitarismo, instaurando uma democracia pluripartidária baseada na vontade e soberania populares. Não somos nem nunca seremos uma democracia perfeita porque não há democracias perfeitas. A



democracia, quando é verdadeira, é uma convenção de uma enorme fragilidade que exige diariamente o compromisso de todos. Convém, no entanto, perceber que a democracia não precisa de tutores, de protagonistas que teimem em querer interpretar a democracia à luz dos seus próprios interesses, descontentes com este ao aquele governo, ignorando que a única legitimidade que existe em democracia, é a do voto. Porque democracia pode ter muitos pais, mas não tem nenhum dono. O segundo D foi o da descolonização. Este é porventura um dos aspetos mais polémicos e fraturantes da sociedade do pós 25 de Abril. O fim definitivo do império português implicou uma mudança radical na vida de mais de um milhão de portugueses. Não podemos ignorar que para lá do legítimo reconhecimento da independência dos povos das colónias, este foi um processo que teve enormes custos para o país e para milhares de pessoas que viram as suas vidas marcadas pelo estigma do regresso ou de uma primeira chegada sem nada, e de um recomeço muitas vezes do zero. O terceiro D é porventura o mais dinâmico e permanentemente inacabado: Desenvolver. Muitas vezes mergulhados que estamos nos problemas com que o País hoje se confronta, não percebemos o fantástico caminho percorrido nestes últimos 40 anos. Estamos mais ricos, vivemos melhor e isso é notório em muitas áreas. O estado social iniciado na década de 70 teve o seu impulso mais importante e decisivo com o 25 de Abril. A rede de cuidados de saúde é incomparavelmente melhor e mais abrangente. A mortalidade infantil teve uma evolução extraordinária com um dos valores mais baixos do mundo. A esperança média de vida aumentou quase 15 anos nestes últimos 40. O analfabetismo quase desapareceu e há dez vezes mais alunos no ensino secundário. A entrada na União Europeia tantas vezes hoje levianamente amaldiçoada teve um inegável impacto positivo na nossa economia difícil de mensurar pela sua enorme dimensão. Todas estas conquistas, foram conquistas relevantes e que se devem em grande parte à mudança de regime operada em 1974. Mas boas notícias também nos colocam problemas a que somos obrigados a dar resposta. Todos estes progressos trouxeram-nos também, e como não podia deixar de ser, problemas. Melhores problemas do que aqueles que tínhamos em 74, mas ainda assim problemas de difícil solução. A pressão demográfica é enorme e é já hoje um dos nossos principais desafios. O problema da natalidade é transversal a muitos dos países desenvolvidos e não se pode ignorar que embora a crise possa ter contribuído para acelerar este fenómeno, se trata de uma questão cultural com que as sociedades de hoje se debatem. O nosso índice de fecundidade em 2012 foi metade do registado em 1973. Aliado a isto, o número de pensionistas passou de pouco mais de 600.000 em 1973

para mais de 3.500.000 em 2012. Não é preciso ser um grande economista ou um perigoso neoliberal para perceber que nos debatemos com uma progressão verdadeiramente insustentável. Não adianta tentar contornar o problema, não adianta fingir que ele não existe. Temos um verdadeiro elefante na sala, e temos de ter a seriedade de o abordar com realismo. O país foi conseguindo adiar estas e outras discussões enquanto foi possível camuflar o problema com aumento da dívida e aumento de impostos. Acontece que agora não há por onde fugir. Por muitas reestruturações e perdões que se reclamem o problema se original permanecer inalterado, isso levar-nos-á novamente, mais cedo ou mais tarde, ao estado em que nos vimos achados em 2011. Esta é uma situação que a manter-se, vai com toda a segurança comprometer liberdade de escolha das gerações futuras. E a liberdade foi o maior dos legados que abril nos deu. Para que as gerações futuras possam ser senhoras do seu próprio destino é necessário hoje operar reformas que nos possam colocar numa rota de sustentabilidade. Parafraseando o herói do romance o "Leopardo" de Giuseppe di Lampedusa: "Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude." Este é, no entanto, um debate duro e incompatível com a vozaria do debate político quotidiano. O País precisa que os responsáveis políticos se entendam! O momento que atravessamos apela a esse entendimento e ao compromisso! O compromisso faz parte da democracia. Não é o desacordo que faz um democrata, mas a liberdade de poder não estar de acordo. Precisamos de espírito de compromisso, mas também precisamos de capacidade de renúncia. Precisamos de responsáveis políticos que arrisquem os seus próprios créditos em nome do interesse nacional. Permitam-me que a este propósito recorde uma figura marcante da política em Espanha recentemente desaparecida e que bem encarnou esta capacidade de se subtrair em nome de um interesse superior. Falo de Adolfo Suarez. Adolfo Suarez foi uma personalidade determinante na consolidação do regime democrático em Espanha. E foi porque conseguiu ver aquilo que mais nenhum político do seu tempo viu. Este era um homem que veio de dentro do regime franquista e que mesmo assim soube chamar todos os sectores que tinham combatido o regime ou que dele desconfiavam. Fê-lo com inteligência e com uma noção de compromisso permanente, pondo mesmo em causa os seus interesses eleitorais mais imediatos. Não o fez à procura de um reconhecimento imediato, fê-lo porque achava que era o caminho certo independentemente dos custos que isso teria. É hoje tido por todos como um protagonista decisivo da transição democrática em Espanha, porque tarde ou cedo, o povo sabe agradecer a quem teve sentido de Estado nas horas certas. Minhas



Senhoras e meus Senhores O 25 de abril de 74 permitiu-nos sonhar com um país melhor e mais justo. Muitas das aspirações dessa altura foram sendo concretizadas apesar dos momentos difíceis que fomos atravessando nestes últimos 40 anos. Mas o D do desenvolvimento não nos permite parar. Convoca-nos permanentemente para novos desafios e metas que são necessárias serem alcançadas. O momento que o país atravessa responsabiliza todos os atores políticos. Os Portugueses exigem hoje mais do que nunca responsabilidade, porque o caminho para vencermos as dificuldades é estreito e sem margem para erro. Esta é a hora de preparar e acautelar o futuro do país permitindo que os próximos 40 anos sejam de progresso e modernidade. Que abril nos dê a força e a inspiração para nos dedicarmos a esta nova urgência com confiança e esperança neste país livre. Viva Portugal”

Presidente da Assembleia em exercício: “É com enorme honra e orgulho que me encontro aqui, perante vós, para, em conjunto, celebrarmos o 25 de Abril. Comemoramos hoje o 25 de abril de 1974 e uma das suas mais importantes conquistas, o Poder Local Democrático, num contexto difícil, marcado pela pandemia e pelas suas consequências económicas e sociais, que alteraram radicalmente a nossa vida e impõem aos órgãos autárquicos um desafio acrescido à sua normal atividade. Apesar de o Poder Local Democrático ter sido uma das grandes bandeiras da República, só foi verdadeiramente concretizada, na sua plenitude e com resultados, em Democracia. Num tempo em que os cidadãos se sentem mais distantes do poder político, o reforço da descentralização pode ser um contributo decisivo para alterar esse estado de espírito e reforçar a qualidade da nossa democracia. Uma democracia mais forte e de proximidade terá de passar, sempre, pelas autarquias locais, que ao longo destes mais de 40 anos de democracia se assumiram como um verdadeiro motor da infraestruturização do País. Foram essas as portas que Abril abriu e que o Poder Local valoriza diariamente, trabalhando em prol das pessoas, procurando proporcionar-lhes melhores condições de vida. O futuro de uma democracia mais forte passa por respeitar a confiança que os cidadãos depositam em nós, cumprindo os nossos mandatos com espírito de missão e sem deles tirarmos benefícios próprios; passa por participar mais e melhor, de forma livre, qualificada e aberta, fazendo propostas em Espinho, e em todo o país, que sejam para levar à prática e que correspondam aos reais interesses e necessidades das populações. Seja na mobilidade e nos transportes, no acesso a habitação condigna, na higiene urbana, na saúde e na escola pública, na justiça social ou na cultura, o importante é respeitar e honrar os direitos, liberdades e garantias que conquistámos com o 25 de Abril, valorizando-os

com a dedicação, rigor e competência que devemos colocar naquilo que fazemos. E se aqui estamos, a festejar também os 47 anos da eleição do poder local democrático que todos os eleitos devem honrar, é porque locais de representação dos cidadãos como este foram e sempre serão um pilar fundamental dos valores da Revolução de 25 de Abril de 1974. Valores que devemos manter bem presentes, dando continuidade a um caminho de participação qualificada, de construção de melhores condições de vida e de defesa dos direitos fundamentais como salários dignos, acesso à saúde, educação ou proteção social – conquistas que Abril nos trouxe e que importa defender. Em termos autárquicos, este não foi um mandato fácil. Pese embora nos tenhamos deparado com constrangimentos inimagináveis à partida, não posso deixar de agradecer aos meus colegas membros da Assembleia Municipal o interesse e empenho demonstrados na luta pelo bem-estar e desenvolvimento do nosso concelho. E mesmo que isso, por vezes, tenha levado a discussões mais acesas e nem sempre tão pacíficas quanto o ideal, estou certa que terão todos tido como principal preocupação um futuro melhor para Espinho e para os Espinhenses. É também com uma Assembleia Municipal permanentemente atenta às necessidades da população e dedicada a uma eficaz e competente fiscalização das decisões do executivo Municipal que fazemos Abril acontecer. Quando se procura garantir que os meios públicos sejam aplicados corretamente em função das reais necessidades ou quando se debatem e definem prioridades que obedeçam a um princípio de justiça, estamos a cumprir o mandato que os cidadãos nos conferiram, como seus legítimos representantes, dos seus anseios e aspirações, pelo que não pode este mandato ser alvo de discriminações, retaliações ou pressões ilegítimas apenas porque exprimem ideias divergentes. Ao comemoramos o 25 de abril, a Liberdade e a Democracia, devemos recordar o que significaram e o que custaram a alcançar pelos verdadeiros heróis da nossa nação como o foram e são os capitães de abril. Durante cerca de 40 anos, vivemos em ditadura, em opressão, sem direitos, liberdades e garantias. As novas gerações já não se lembram disso. A história começa a ficar esquecida, arrumada numa prateleira. É por isso urgente assumir o desafio de educar os jovens para os valores da democracia, mostrando que não devemos dar por garantido aquilo que já nos faltou e alertando para os perigos que muitas vezes ignoramos ou desvalorizamos. Precisamos de os lembrar que as principais funções da democracia são a proteção dos direitos humanos fundamentais, como as liberdades de expressão, de religião ou de proteção legal e as oportunidades de participação na vida política, económica, e cultural da sociedade. No fundo, precisamos de os lembrar, e talvez a todos nós, que



a vida a que agora tanto damos valor só é possível porque se tornou possível a democracia e a liberdade em Portugal. Democracia e liberdade que este ano se voltam a cruzar quando os portugueses forem chamados às urnas para mais um ato eleitoral autárquico, tendo a oportunidade de, com o voto, expressar a sua vontade, tal e qual como Abril permitiu. Inculcar na nossa sociedade um espírito participativo será um dos vários desafios que temos pela frente se queremos respeitar e honrar os valores de Abril. As nossas comunidades e o nosso país serão tão mais fortes quanto mais forte for a legitimidade daqueles que são escolhidos para nos governar. Se queremos que as pessoas participem, será importante que se privilegie uma campanha eleitoral e um debate público informado, esclarecido, rigoroso e elevado e aí teremos todos um papel importante a desempenhar, seja enquanto eleitos, candidatos ou cidadãos. Uma campanha eleitoral onde se debatem os temas que verdadeiramente interessam ao concelho e aos cidadãos, deixando de lado guerrilhas motivadas por interesses pessoais, políticos ou partidários. Porque às vezes encontramos nas palavras dos outros o exato sentido daquilo que pensamos, gostaria de terminar com um poema de um escritor e artista plástico português, Mário Dionísio, que na simplicidade da sua escrita e da sua arte procurava criar instrumentos de intervenção e de consciencialização para a necessidade de um novo humanismo:

“Pior que não cantar
é cantar sem saber o que se canta.
Pior que não gritar
é gritar só porque um grito algures se levanta.
Pior que não andar
é ir andando atrás de alguém que manda.
Sem amor e sem raiva as bandeiras são pano
que só o vento eletriza
em ruidosa confusão
de engano.
A Revolução
não se burocratiza”
- Mário Dionísio, in “Terceira Idade”

Defender Abril é uma obrigação de todos nós e quantos mais anos passam, maior tem de ser o nosso empenho e a nossa determinação na forma como recordamos o seu significado e as suas implicações. Viva o 25 de Abril! Viva Espinho! Viva Portugal”

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia em exercício e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício,

A Funcionária Municipal,
